

A construção da história da literatura e a dinâmica do cânone escolar: o caso de Bernardim Ribeiro*

José Augusto Cardoso Bernardes
Universidade de Coimbra

Introdução

O *Diário de Notícias* de 7 de Maio de 1908 inseria, na sua primeira página, a seguinte «Notícia litteraria de sensação»:

Consta-nos que, depois de aturado estudo e minuciosa investigação, conseguiu o illustre escriptor e distincto poeta Delfim Guimarães apurar que a figura do poeta Christovam Falcão pertence exclusivamente ao domínio da lenda, por isso que tal poeta só existiu na imaginação daquelles que viram num anagrama cabalístico de Bernardim Ribeiro a encarnação de outra individualidade.

A obra atribuída a Christovam Falcão, desde a carta e trovas de Chrisfal às Cantigas e Esparsas da edição de Colónia, pertence exclusivamente a Bernardim Ribeiro, como nos dizem que será demonstrado no trabalho que Delfim Guimarães tem entre mãos e que em breve será dado à estampa.

Se assim é realmente; e se aquelle consciencioso escriptor conseguiu fazer luz clara sobre tão importante ponto da nossa historia litteraria, o nome de Delfim Guimarães ficará vinculado perduravelmente a um trabalho de altissimo valor, que causará sensação a todos quantos se interessam pelos assumptos da litteratura pátria, e que por isso ficamos aguardando com verdadeira curiosidade.¹

* Este trabalho foi produzido no âmbito do «Projecto Literacias. Contextos, Práticas, Discursos» (POCTI/33888/CED 2000), financiado pela FCT e participado pelo FEDER.

1. A notícia em apreço partilha o espaço nobre do jornal (então dirigido por Alfredo da Cunha) com a reportagem sobre o juramento d'El Rei D. Manuel II. Aparece transcrita, na íntegra, no livro de Delfim GUIMARÃES, *Bernardim Ribeiro*, Livraria Editora Guimarães e C^a, 13-14. Nas pp. 14 a 17 da mesma obra reproduz-se ainda um desenvolvido artigo sobre o assunto, publicado por João Grave no vespertino portuense *Diário da Tarde*, de 9 do mesmo mês. Para além de reflectir a facilidade com que Delfim Guimarães, poeta e Membro da Academia das Ciências de Lisboa, se movia nos círculos jornalísticos, o destaque atribuído à notícia pelos dois órgãos de comunicação social revela ainda um interesse sensível pela vida de «descobertas» que era então a investigação filológica.

Lida assim, nas páginas de um jornal de referência, a notícia traz consigo todo o sabor de há cem anos: detém, desde logo, importância suficiente para figurar no dito diário, incide sobre a identidade de escritores que povoam o mundo de Quinhentos (que, como se sabe, era absolutamente central no imaginário da época) e surge vinculada à mística da demonstração, que faz de cada hipótese um pretexto para exhibir documentos, sempre resgatados «após aturado estudo e minuciosa investigação». Registe-se, por último, que o herói da revelação é não um académico mas um «illustre escriptor e distinto poeta», alguém, portanto, que remexia nas suas próprias raízes.

Vale a pena estabelecer algumas comparações com o que se passa hoje. Duvida-se, em primeiro lugar, de que um jornal português destacasse agora uma notícia equivalente. Não o fariam sequer aqueles poucos que, por inteiro ou através de suplementos, se mantêm atentos às questões literárias. De resto, a própria ética da demonstração positivista deixou de constituir base probatória. Como todos bem sabemos, mais do que a remissão para factos e documentos, conta hoje sobretudo a opinião subjectiva e o engenho com que ela é expressa. Isto significa que, na melhor das hipóteses, um órgão de comunicação social pode ainda conceder alguma importância às opiniões de um crítico; mas importa-lhe muito menos a construção do saber positivo baseado em discriminação de autoria e autenticidade textual, especialmente se esse saber se reportar a autores e a textos anteriores ao século XX.

Apesar de todos os factores de diferenciação já apontados, existe, no entanto, pelo menos um ponto de coincidência. Então como agora não interessava uma qualquer biografia ou uma qualquer matéria literária; a atracção era e é muito maior se o assunto em causa vier envolto em mistério.

Ora, era perfeitamente o caso de Bernardim Ribeiro. Sobre a biografia do autor da *História de Menina e Moça* circulavam muitas conjecturas, todas elas de sabor trágico. Não pode esquecer-se que a figura fazia parte da constelação de estrelas que brilhava no céu do século XVI. E falo em «constelação» porque, para além do brilho individual, cada astro deteve sempre, nesse sistema, uma importância relacional: não se entende Bernardim sem Sá de Miranda, por exemplo, Diogo Bernardes sem António Ferreira, Fernão Mendes Pinto sem Barros e, sobretudo, não se entende nenhum deles sem Camões, ponto absoluto de convergência de toda uma série de nomes concatenados em função de diferentes tipos de equilíbrio: António Ferreira prepara esteticamente Diogo Bernardes, tanto como Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto constituem o reverso de João de Barros. Por sua vez, o par Bernardim Ribeiro/Sá de Miranda emerge em registo de evidente complementaridade: do lado de Bernardim está a afectividade extremada, como do lado de Miranda encontramos a Razão moderadora dos sentimentos. E é também compreensível que neste xadrez organizado não exista muito lugar para Cristóvão Falcão, poeta fugaz e de biografia quase inexistente. Quando muito, poderia acolher-se como émulo bernardiniano. Mas seria a todos os títulos preferível que as suas obras (e nomeadamente a pequena jóia que é a *Écloga Crisfal*) pudessem enriquecer o pecúlio de Bernardim Ribeiro.

A quem tiver dúvidas de que a história literária é essencialmente um discurso ordenador de factos e de figuras, basta observar o que aconteceu com esta época central. A história literária de Quinhentos foi objecto de construção perseverante e sistemática, a partir da segunda metade do século XIX². Os pressupostos e os efeitos dessa construção são de carácter cívico e político, como

2. Carlos Cunha consagrou recentemente a este mesmo assunto um bem desenvolvido e fundamentado estudo, que abre novas perspectivas de conhecimento acerca dos inícios da nossa história literária, estabelecendo mecanismos de interpenetração entre a consolidação universitária da disciplina e a necessidade de construir uma «cultura nacional» em *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2002. Veja-se, em especial, o cap. IV, 161-215.

se percebe, desde logo, na irradiadora centralidade atribuída a Camões, poeta e soldado da Pátria, indistintamente liberal e republicano, referência fundante para todos os nacionalismos dos séculos XIX e XX. Num outro plano, este labor constitui também um sinal da afirmação dos Estudos Literários, quer como zona de interesse público quer como área de saber professada na Universidade, essencialmente consubstanciada no triunfo da História sobre a Retórica, atraindo a Literatura para a esfera pública e fazendo dela a pedra de toque da cultura do estado-nação.

Possuindo maior ou menor consciência desse facto, somos ainda herdeiros dessa leitura condicionada. Herdeiros selectivos, é certo, e cada vez menos empenhados na preservação do legado. Mas herdeiros, ainda assim. Talvez porque não deixámos de nos rever nos ditos pressupostos; um tanto por necessidade de uma base identitária; porventura ainda (quem sabe?) por preguiça, algum descaso ou falta de ousadia para renovar as bases de investigação e aceitar as consequências destruturantes que daí podem resultar.

Parece que nos últimos anos se vem, ao menos, instalando a consciência de que assim é, ou seja, de que o nosso conhecimento da história da literatura do século XVI se encontra ainda dependente dos preconceitos que estiveram na sua origem, ao longo do século de Oitocentos. E essa consciência pode ser o passo decisivo para a questionação e para a mudança. Depois de durante muitos anos ter sido considerada como alicerce e referência última dos estudos literários e de ter até, de alguma forma, dado corpo ao projecto pedagógico que recobria as Humanidades no seu todo, a história literária foi arrastada pela derrocada do lastro filosófico em que se inscrevia, passando então a ser objecto de uma atitude de radical desconfiança. Ora, o argumento principal que sustentava essa desconfiança era justamente a falta de consciência teórica, de que pareciam afectados os primeiros historiadores, ingenuamente rendidos à miragem da verdade neutral e objectiva. Convenhamos que se tratava de uma suspeição justa. Assim se explica o tom *judicial* da notícia que citei no princípio, como se se tratasse de desvendar um enigma profundo, apurando, em detalhe, as circunstâncias e as provas da preciosa revelação.

Hoje que a história literária parece suspensa (pelo menos em termos de ensino pré-universitário), espera-se que a interrupção seja aproveitada para superar o seu pecado original, ou seja, estima-se que saiba integrar o indispensável suporte teórico, de modo a ficar a salvo de suspeições antigas. Uma das vias de superação há-de ser precisamente a consciência, agora bem proclamada, de que nunca poderá arrogar-se o direito de ultrapassar o patamar do *discurso*. Embora contrafeita, a história literária não teve outro remédio senão abandonar o imperialismo (de base lansoniana) que aspirava a convertê-la em ponte de acesso à «grandiosa história das civilizações». Não mais poderá agora enganar seja quem for, dizendo-se capaz de reconstituir o passado em todas as suas implicações, alcançando um conhecimento imaculadamente objectivo, seja através de documentos, seja através de processos de intenção psicológica ou social. Pode interpretá-lo de forma contínua e regulada, o que já é muito. Mas é esse o seu limite³.

À luz desses novos parâmetros, estudar a literatura do século XVI passa hoje também por considerar a dinâmica de criação a que ela se reporta, enquanto processo sociocultural que a converte

3. No essencial, esta atitude renovada coincide com os pressupostos de uma corrente crítica, de extracção anglo-saxónica que, pela década de 80, reage contra o textualismo retórico do *New Criticism*. Refiro-me evidentemente ao *New Historicism* (ou *Poética Cultural*), normalmente identificado com o magistério e a prática de Stephen Greenblatt. Para além dos princípios inovadores em que assenta (concepção discursiva vs factualista dos contextos e valorização ponderada da literatura, não enquanto campo isolado, mas no seio dos outros discursos culturais), o *New Historicism* tem já a seu crédito a fundação de uma nova etapa nos estudos sobre a figura e a obra de Shakespeare, com repercussões na generalidade da literatura europeia do Renascimento e do Barroco.

em discurso. Isto quer dizer, em termos mais simples, que a história literária de Quinhentos não se resume a um somatório ponderado de autores; apenas existe enquanto sistema de sinais construído por quem dela se aproxima, numa atitude selectiva e configuradora, que destaca e valoriza alguns livros e figuras, depreciando outros. O que digo do século XVI poderia aplicar-se também a outras épocas. Mas o exemplo convocado parece-me especialmente elucidativo. Como se sabe, é nesta época que se concentram os esforços de elaboração de uma história da literatura portuguesa de base narrativa, fazendo da Idade Média um ponto de partida e de tudo o que se segue a esse período, dito de esplendor, uma consequência mediata ou imediata. A esse nível, de resto, a história da literatura nada mais fez do que reproduzir as orientações da historiografia geral, de base romântica e positivista, sempre empenhada (pelo menos desde Oliveira Martins) em fazer da Renascença uma justificação da nossa existência como estado e como modelo a assumir em qualquer estratégia regeneradora de base colectiva. No seu conjunto articulado, Camões, Barros, Miranda ou Ferreira acabam por constituir referências duplicadas de D. João II, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro ou Duarte Pacheco Pereira. Do que se tratava, pois, era de construir um panteão compósito, onde armas e letras pudessem figurar em harmónica paridade⁴.

Ora, sendo certo que hoje nos começamos a libertar desses preconceitos datados, ainda daí não conseguimos extrair todas as consequências, em termos de revisão histórico-literária. Pela minha parte e nesta ocasião, pretendo apenas centrar-me no exemplo de Bernardim Ribeiro. É meu desejo, em primeiro lugar, reconstituir o rasto do autor ao longo do processo de edificação da nossa história literária que tem lugar sensivelmente entre as três últimas décadas de Oitocentos e as três primeiras de Novecentos; mas pretendo também detectar os pressupostos e os objectivos explícitos ou implícitos que inspiram essa construção discursiva. Nesse sentido, procurarei averiguar nomeadamente a origem, os circuitos e as implicações de alguns lugares-comuns de incidência bernardiniana, tal como a posição relativa que lhes foi sendo atribuída em relação às restantes estrelas desse mesmo firmamento literário e cultural. Desejaria ainda, num outro plano, alinhar algumas pistas para explicar a forma como Bernardim permaneceu no cânone escolar, de forma constante, até um determinado momento. Por fim, decidi aventurar-me com uma proposta de regresso a esse mesmo cânone, agora que, pela primeira vez desde há muitas décadas, o autor de *Menina e Moça* nele deixou de figurar.

O estudo agora encetado faz parte de um projecto mais vasto que envolve a literatura do século XVI em geral. A ideia subjacente é a de que, muitas vezes, sem nos darmos conta disso, permanecemos ainda um tanto tolhidos ou acomodados a juízos afinal demasiado localizados, estabelecidos num período em que a Literatura era inquestionavelmente entendida como referência memorial do estado-nação. Agora que, por bons e maus motivos, assim tende a deixar de ser, começam a ficar reunidas condições para uma indagação mais isenta desses preconceitos de antanho. Escusado será dizer, naturalmente, que a libertação de preconceitos velhos não nos coloca a salvo de preconceitos novos. Pelo contrário: é de prever que, à medida que for aumentando a distância em relação aos primeiros, outros venham a ganhar cada vez mais espaço e substância, até serem, também eles, consciencializados e preteridos.

4. É essa, de resto, a lógica que, desde finais do século XIX, preside indistintamente ao *ethos* comemorativo que inspira a celebração centenária de homens exemplares (escritores, estadistas, guerreiros). Sobre o assunto, vejam-se, sobretudo, Fernando CATROGA, «Ritualizações da História», in *História da História em Portugal, sécs XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, 547 e ss. e Isabel JOÃO, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

1. Bernardim Ribeiro e a construção da história da literatura de Quinhentos

1.1. *a vida*

Se abrimos qualquer história da literatura portuguesa publicada até meados do século XX, verificamos que a imagem de Bernardim não varia grandemente. Bem pelo contrário. Considerando a vasta plêiade de autores do nosso século XVI é inegável que essa imagem se vem mantendo ao longo dos anos, com pequenas cambiantes, que não afectam o essencial. É sempre apresentado em função da sua suposta biografia. Mesmo a obra é invariavelmente parafraseada com intenção quase exclusiva de ilustrar as muitas vicissitudes da vida.

O interesse que despertou a todos os historiadores da literatura decorre, em primeiro lugar, da possibilidade da sua aproximação a Camões. De facto, na série de autores que integram o cânone do século XVI ninguém como Bernardim poderia funcionar tão bem como *prólogo* directo ao aparecimento do autor d' *Os Lusíadas*. Neste sentido e na senda do que vinha sendo feito para Camões, havia que acentuar dois parâmetros: a condição aristocrática (convinha muito mais tê-lo por fidalgo desditoso do que por pastor desvalido do Alentejo) e a clandestinidade dos seus amores, sinal muito apreciado de liberdade afectiva e de subversão social. Tratava-se, digamos assim, de dois requisitos para figurar no escaparate do século XVI, na dupla e incindível condição de herói da escrita e de herói da vida. À falta de documentos, o estabelecimento desses dados operou-se através de uma verdadeira saga decifratória visando os anagramas das éclogas e de *Menina e Moça*. O facto de se invocar a falta de elementos como justificação para a leitura biografista da obra não deve contudo fazer-nos esquecer que a leitura romântica da arte reside, ela própria, no pressuposto de que a criação constitui o reflexo translúcido da intenção, da vontade e dos ideais do criador. Não admira pois que os primeiros estudiosos do fenómeno literário – quase todos românticos, confessos ou não, tenham acabado por ceder a essa tendência.

Não surpreende, por exemplo, que Almeida Garrett tenha recorrido à figura de Bernardim como ingrediente romanesco n' *Um Auto de Gil Vicente*. Interessado, até ao fascínio, num e noutra autor (em Bernardim e em Gil Vicente), o dramaturgo e o homem romântico e nacionalista que foi Garrett viu bem que no dramaturgo sobejava obra e faltava biografia⁵. Não resistiu, por isso, à tentação de compensar essa falha através dos créditos que, a esse respeito, eram imputados ao poeta e novelista. Nesse sentido, e com liberdade de criador, amalgamou factos e fantasias, como são a partida de D. Beatriz para Sabóia, onde desposaria o Duque Carlos III⁶ e a representação das *Cortes de Júpiter* ocorrida por essa ocasião (do lado dos factos) e os amores de Bernardim pela jovem infanta, (também a Camões haveria de atribuir-se uma paixão fatal por uma outra filha de D. Manuel), também ela contrariada nos seus afectos pela vontade do pai, ou os de Paula (filha de Gil Vicente) por Bernardim, revelando-se este tão cego por amor de Beatriz que era incapaz de

5. À data, ainda não eram sequer conhecidas as teses romantizadas de Braamcamp Freire, que viriam a fazer de Gil Vicente um artista genialmente abrangente: «trovador e mestre da balança».

6. A história aparece várias vezes mencionada por Manuel Faria e SOUSA, por meados do século XVII na *Europa Portuguesa, Fuente de Aganipe y Rimas varias*, passando a Barbosa de MACHADO, que se abona explicitamente em Faria e Sousa (*Bibliotheca Lusitana*, 518-519) e daí aos românticos: a Garrett, como vimos e também a Alexandre Herculano («Os amores de Bernardim Ribeiro e a infanta D. Beatriz», *O Panorama*, Tomo, III (1839), 267-78). Ainda à semelhança do que sucedeu com a identificação da amada de Camões, também para Bernardim as hipóteses se multiplicaram: Joana a Louca, mãe de Carlos V, D. Joana de Vilhena, prima de D. Manuel e mulher de D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, ou a própria infanta D. Maria, última filha de D. Manuel (cerca de quarenta anos mais nova do que o poeta) são apenas alguns dos exemplos de maior impacto.

notar o afecto da infeliz e obscura filha do artista dos autos. Assim se fazia eco da lenda que dava Bernardim como frequentador dos paços régios, onde teria colhido fartos e profundos motivos de desgosto e posterior proscricção.

Na mesma linha seguiu Teófilo Braga, a quem, apesar de tudo, cabe o mérito de, pela primeira vez, ter empreendido uma leitura globalizante do mundo de Bernardim, relacionando as éclogas, a sextina e a *História de Menina e Moça*. São dele estas palavras lapidares, bem denunciadoras de uma perspectiva de simbiose especular entre vida e obra:

O poeta enredou na trâma novellesca os dados autobiographicos, convertendo o meio corteção em pastoral, substituindo os nomes das personagens por anagrammas, phantasiando escandalos da côrte em peripecias de cavalleria andante⁷.

Foi ainda Teófilo quem, invocando «bases inabaláveis»⁸, empreendeu a reconstituição da vida a partir dos textos, divulgando o romance da criança orfã de pai (Damião Ribeiro, pai do poeta, teria sido executado em Castela, depois de ter participado numa conjura contra D. João II), a infância passada na Quinta do Lobo, em Sintra, a frequência da Universidade (então em Lisboa), onde conheceu Sá de Miranda, participante nos serões da corte de D. João III. O rei tê-lo-á depois nomeado escrivão, pouco antes de empreender a sua viagem a Itália (onde pode novamente ter-se tentado aproximar de D. Beatriz, já Duquesa de Sabóia). O romance termina com o regresso à corte e, logo depois, sobrevém a loucura e a morte no Hospital de Todos os Santos, por volta de 1552⁹.

A própria D. Carolina M. de Vasconcellos, a quem, entre tantas outras coisas, se deve também um impulso decisivo nos estudos bernardinianos no que toca à textualidade e à inserção histórico-literária, não deixa de se impressionar pela dita documentação. Embora insurgindo-se muitas vezes contra as fantasias neo-românticas, não deixa de, para explicar as «imperfeições» da novela de Bernardim, resvalar para um biografismo puramente conjectural:

7. Teófilo BRAGA, «Bernardim Ribeiro e a exegese da Menina e Moça», in *Livro das Saudades de Bernardim Ribeiro, História de Menina e Moça e Declaração das Saudades*, p. XXVI-XXVIII.

8. As bases tinham sido carreadas pelo Visconde de Sanches de BAENA, *Bernardim Ribeiro*, Lisboa, 1895, com destaque para um documento judicial datado de 1642, no qual se dá despacho à petição de um bisneto do «Doutor Bernardim Ribeiro» (Francisco Ribeiro) solicitando a posse de umas terras que tinham ficado afectas à casa de Bragança. Coube a Costa Pimpão o mérito de ter posto a nu a intenção (benévola, apesar de tudo) de, através de um documento forjado, responder, de uma assentada, a todas as dúvidas que na época pairavam sobre a identidade do poeta (Cf. «Bernardim Ribeiro: uma fraude documental», sep. de *Biblos*, Vol. XVI, 1940, republicado em *Escritos diversos*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972, 125-143).

9. Na p. 167 do seu *Bernardim Ribeiro e o Bucolismo português*, Porto, Livraria Chardron, 1907, Teófilo chega a recorrer ao fisiologismo científico para explicar a «loucura» do poeta, sendo bem significativo que, desde então, nenhum biógrafo de Bernardim tenha querido abdicar desta peça essencial na visão romântica do escritor: «A situação psychologica e moral que impellia Bernardim Ribeiro para a loucura e idiotia final, é hoje cabalmente explicada pelos conhecimentos científicos da pathologia cerebral. Bernardim Ribeiro foi dotado de uma singular precocidade intelectual e emotiva, como se descreve na Écloga *Aleixo* [...] Essa precocidade foi devida á sensibilidade esquisita desenvolvida pelo isolamento e pelos prolongados terrores da perseguição que dispersou a sua família». Na mesma linha, Delfim GUIMARÃES, que é também autor do capítulo dedicado a Bernardim que figura na *História da Literatura Portuguesa Illustrada* dirigida por Alberto Forjaz SAMPAIO (Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1930), aduz a certa altura: «Entrevemos nele alguém que, por pendor natural, buscava de preferência a solidão, buscando-a para se entregar ao cultivo amargamente sedutor das suas próprias tristezas e dores, de real ou imaginária origem. Entrevemos nele um homem e um poeta morbidamente susceptível, para quem a mera desilusão assumiria, de ordinário, as proporções de calamidade; para quem as contrariedades correntes, nascidas do convívio com os outros, atingiriam a importância de incompatíveis modos de ser, para quem a mínima aspereza da realidade se tornaria dolorosa como um golpe profundo». (Cf. op. cit., 216).

de temperamento melancólico e sensibilidade doentia, desamparado no último quartel da vida, da luz do entendimento, já fraca desde muito, evidentissimamente não lhe havia dado a última de-mão [a Menina e Moça], nem limae labor, apontando para o prelo o fragmento que escrevera depois de uma catástrofe de amor, narrando Tristezas e Saudades, culpas, desculpas sem plano nem fim. Encobrindo e idealizando verdades. Dizendo-as vagamente. E tão desordenadamente como em regra acontecem as peripécias das vidas humanas¹⁰.

1.2. *Bernardim Ribeiro e as teses do lusismo*

Para além de uma biografia maldita, feita de incompreensões, injustiças e amores socialmente interditos, Bernardim prestava-se ainda a leituras étnicas¹¹. Professou-as ainda Teófilo (em registo de coerência com toda a sua leitura do Lirismo nacional) mas é preciso reconhecer que foram raríssimos os críticos que se viriam a demarcar dessa via. O próprio projecto de construção de uma história literária nacional (separável, sobretudo, da história literária castelhana) como que impunha a detecção de singularidades. Não espanta, assim, que ao autor da *História de Menina e Moça* se tenha feito corresponder, desde cedo, o protótipo do luso genial e sensível. Esse protótipo, esboçado nas cantigas de amigo (onde, de acordo com esta perspectiva, abunda a argamassa psico-afectiva mas escasseiam os protagonistas que a possam encarnar em plenitude) correspondia agora a uma só figura. O paradigma haveria depois de se repercutir desenvolvidamente em Camões e em todos os seus epígonos: de Bocage a Garrett, António Nobre, Florbela Espanca, Teixeira de Pascoaes ou Mário de Sá-Carneiro¹².

Mas não era só no plano biográfico que o caso de Bernardim surgia envolto em mistério. Também eram incertas as circunstâncias que envolviam a publicação da sua obra, dela derivando muitos problemas de fiabilidade textual. Recordo que até 1923 (data em que se publica a versão preparada por Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina, a partir da edição de 1554-Ferrara) a novela vinha sendo lida pela lição de 1557 (Évora) que, pelo relativo desconchavo estrutural e estilístico da parte apócrifa, se revelava mais favorecedora das conjecturas biografistas atrás enunciadas. A verdade, porém, é que a relativa sobriedade (e a conseqüente superioridade artística) da edição dos Usque não estancou especulações nem esclareceu enigmas. Bem pelo contrário. Se por um lado se fazia sobressair a sobriedade e a economia semântica da novela, por outro

10. Cf. «Introdução» a *Obras de Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão* (Conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, 1-2

11. Sobre a construção teofiliana do «lusismo» e a sua aplicação à história da literatura portuguesa, veja-se Carlos CUNHA, *A construção do discurso da história literária*, 347 e ss.

12. Nesta mesma perspectiva de integração étnica, H. CIDADE e A. J. SARAIVA, porventura os mais influentes historiadores da cultura portuguesa, até aos dias de hoje, não se cansaram de sublinhar a relação entre Bernardim e Camões. O primeiro afirma taxativamente: «Bernardim, como o rouxinol da sua novela, como o puro lirismo da saudade e da morte, incarna, ao que parece, o lado sombrio e negativo da nossa psicologia colectiva» (Cf. *Portugal histórico-cultural*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1973, 70). SARAIVA, por sua vez, aproxima a vaga e impressiva dialéctica de Bernardim das canções camonianas: «Nas canções camonianas iremos encontrar uma dialéctica sentimental muito semelhante, mas mais cheia de referências concretas», *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto/Editora, 1997, 17ª ed., 229-230. Surpreendentemente, porém (ou talvez não) a tónica da singularidade bernardiniana aparece primeiramente destacada nos estrangeiros que escreveram sobre a nossa literatura, construindo uma determinada imagem acerca da «portugalidade», que assimilámos quase sem reservas. Não é por acaso que, no já citado capítulo sobre Bernardim Ribeiro, Delfim de GUIMARÃES escreveu para esse monumento de orgulho nacional que visava ser a *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, existam ecos por menorizados das considerações etnoliterárias de Sismondi, Ferdinand Denis, Tycnor, Fernando Wolf, Pelayo e Aubrey Bell, convergindo todos na identidade melancólica da nossa escrita e na condição de sinédoque que nessa mesma escrita ocupa a obra de Bernardim.

emergia um novo enigma biográfico-cultural: o que derivava da ligação de Bernardim aos círculos do exílio judaico.

Não é meu propósito recuperar agora os fundamentos que estão na origem das posições sustentadas por Teixeira Rego (na década de 30, do século XX, em artigo aliás um tanto vago e pouco fundamentado¹³) e aquelas que, na sua senda, viriam a ser desenvolvidas por Hélder Macedo, cerca de 40 anos depois¹⁴. O que importa sublinhar é que as teses judaizantes correspondem ainda a uma tentativa de decifração do enigma/Bernardim: mantinha-se assim a aura de perseguido, mas introduziam-se novos (e sempre misteriosos) motivos explicativos dessa perseguição. No que toca às teses de Macedo, a explicação alcançava mesmo um plano que poderemos considerar quintessenciado, enfatizando a heterodoxia de Bernardim e da sua *Menina e Moça* no seio do próprio judaísmo¹⁵.

1.3. *as influências*

Ao mesmo tempo que a pesquisa biográfico-cultural se desenvolvia, com interesse evidente do chamado «público culto» (interesse muito favorecido pela forte presença de Bernardim no cânone escolar), os estudos bernardinianos ganhavam uma orientação mais institucional, no seio da Universidade. E não surpreende que essa informação se tenha sobretudo verificado através do estudo das influências (ou fontes) e dos géneros. Aí ganham particular relevo a valorização das matrizes portuguesas, com destaque particular para as cantigas de amigo. De Rodrigues Lapa a Teresa Amado e a Leonor Curado Neves, passando por António José Saraiva, poucos resistiram à ideia de conceber a *História de Menina e Moça* como espécie de cantiga de amigo «ampliada em prosa rítmica»¹⁶. Eram relativamente débeis os fundamentos para que a aproximação fosse credível (coincidências temáticas e primado da enunciação feminina) mas, ainda assim, a tentação era grande. Estava sobretudo em causa a possibilidade inestimável de integrar as próprias cantigas de amigo num *continuum* histórico, suprimindo as dificuldades que resultavam de incertezas e lacunas, no que toca à recepção do texto; e estava em causa, no que respeita à *Menina e Moça*, a possibilidade de construir bases que servissem de matriz ao núcleo central do cânone de Quinhentos. Tal sucedia, de resto, também com Camões, nomeadamente no que concerne à sua lírica dita tradicional¹⁷.

13. Cf. *Estudos e controvérsia*, Porto, 2ª série, 1931.

14. As posições de MACEDO, publicadas pela primeira vez em 1977 (*O significado oculto de Menina e Moça*, Lisboa, Moraes) foram retomadas, embora com matizes de maior moderação, no estudo introdutório à edição da novela, preparada para a Editorial Dom Quixote (Lisboa, 1990).

15. Como se sabe, impressionado com o facto de as orientações ideológicas reflectidas no texto bernardiniano não coincidirem com o judaísmo maioritário, Macedo aduz afinidades com uma corrente gnóstica do judaísmo ibérico, essencialmente fundada no célebre *Livro do Estandor*. Nessa base, procede a uma leitura da *História de Menina e Moça* como narrativa de intenção pastoral, centrada nos trâmites da perseguição aos judeus expulsos por D. Manuel, em 1502.

16. A este propósito é particularmente elucidativa a novelização analógica a que Rodrigues LAPA submete as cantigas de amigo, delimitando as diferentes fases que, no seu entendimento, correspondem aos trâmites da novela sentimental (Cf. *Lições de Literatura medieval*, Coimbra, Coimbra Editora, 1981, 10ª edição, 167-171). Pouco antes, e a propósito do tema da coita de amor na poesia dos trovadores, Rodrigues LAPA tinha afirmado: «O morrer de amor foi, é, por vezes, entre nós, o trágico resultado do nosso idealismo incontentável [...] O mesmo fim teria tido Bernardim Ribeiro, que podemos considerar o último grande trovador; porque ele simboliza, como nenhum outro, o afecto desventurado, a coita de amor portuguesa» (Cf. *Lições...*, 156).

17. No que toca à lírica tradicional de Camões e aos seus contactos com a poesia trovadoresca, o maior esforço de integração histórico-literária foi empreendido por Hernâni CIDADE, em registo que é, aliás, manifestamente forçado, sobretudo quando admite a possibilidade de contactos directos (Cf. *Camões, o Lírico*, cap. I).

Acima de tudo, importava encontrar uma sintaxe narrativa que permitisse inscrever a realidade literária do século XVI numa lógica narrativa de longo enraizamento étnico. No que respeita a Bernardim esse processo de inscrição efectuava-se, pois, através do lirismo da Saudade, da Natureza simpática e do fatalismo amoroso, já rastreados na poesia dos trovadores¹⁸.

Assim se explica que, nessa busca de matrizes, os nexos da medievalidade portuguesa tivessem sempre tido mais peso do que as fontes ibéricas, latinas ou italianas. É certo que a erudição foi apontando essa possibilidade, ora colocando a tónica na novela sentimental castelhana de Diego de San Pedro e Juan Rodríguez del Padrón (Erasmus Buceta, Eugenio Asensio e Pina Martins), ora sublinhando afinidades com Ovídio ou com a novela italiana de Boccaccio (Herculano de Carvalho e Salgado Júnior). A verdade, porém, é que a ênfase colocada nesse tipo de afinidades não podia deixar de afectar o casticismo lusitano que desde sempre vinha constituindo a marca de água da novela. E, mais do que isso, diminuiria a aura de autenticidade confessional que, à boa maneira romântica, vinha sendo enaltecida. Uma coisa era conceber as obras de Bernardim como representação cifrada de uma tragédia emocional; outra seria reconhecer nessa mesma obra as marcas subliminares de um lastro estético já antigo, traduzido numa tónica e numa estrutura discursiva que a Europa já conhecia. E, deste modo, pesem embora os trabalhos de honesta erudição de Erasmus Buceta ou Herculano de Carvalho, que apontavam para a inserção do escritor nos códigos da sua época, a imagem de Bernardim não se alterou nas histórias da Literatura e nos manuais: um contraponto do seu amigo filosofante que foi Sá de Miranda, um antecipador cogénial de Camões e ainda, por derivação projectiva, um intérprete da estesia romântica, que faz da literatura um vazadouro da alma mais do que um artefacto retórico.

Nessa mesma linha, Leonor Curado Neves, em trabalho ainda não publicado, acaba por valorizar, ainda que por outra via, a singularidade de Bernardim¹⁹. No entendimento da Professora de Lisboa, o autor seria não tanto um epígono mas um precursor e, nessa medida, a *História de Menina e Moça* constituiria um texto antecipador da grande e vasta série do romance pastoril europeu. Na sua relativa novidade, esta tese faz assim reverter os termos da singularidade bernardiana. Mas não tanto como parece. Na prática, subsistia a ideia de um representante da portugalidade, só que representando agora o consabido pioneirismo lusitano, traduzido na arte de exprimir sentimentos e emoções. De qualquer forma, importa notar que as teses de Curado Neves abrem caminhos muito interessantes de pesquisa comparatista, numa linha de recepção transidiomática, que aguardam desenvolvimento.

1.4. Bernardim Ribeiro, pensador

Mas Bernardim Ribeiro não marca apenas presença na história da literatura portuguesa. O halo de mistério que o envolve (a ele e à sua obra) permite leituras em diferentes planos, convidando

18. É de Teixeira de PASCOAES esta apreciação artística e ideológica, exarada em 1919: «A alma portuguesa, que nasceu chorando a ausência do seu amor e perguntando por ele às *flores do verde pino* e às *avezinhas* que cantam nas ramagens, depois de comungar o mar a terra e novos céus, outra vez se concentra e extasia na sua original tristeza. Agora o seu canto é mais longínquo e profundo em Bernardim, enamorado e perdido nas penumbras de um crepúsculo», Cf. *Poetas lusíadas*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1987, 4ª ed., 91.

19. Cf. Maria Leonor Urbano Curado NEVES, *Transformação e hibridismo genérico na Menina e Moça*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1996 (policopiada). No termo do seu amplo e muito bem fundamentado estudo introdutório ao fac-símile da edição de Ferrara, J. V. de Pina MARTINS elaborou uma bibliografia bernardiniana praticamente exaustiva, incluindo comentário crítico, em muitos casos (*Menina e Moça*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, 253-335).

a outros tipos de canonização. A este propósito, convém recordar que, no quadro da estesia romântica, a Literatura (e a poesia, em particular), encontra-se bem no centro do sistema cultural, dele irradiando para todas as outras áreas. Para além de artista da palavra, Bernardim converte-se também num pensador. É nessa qualidade que vem sendo reconhecido como um dos principais patronos do saudosismo e da chamada «filosofia portuguesa». Embora por via diferente, voltam assim a ser decisivos os pressupostos de natureza étnica²⁰. A ponto de o mais recente empreendimento editorial vindo a público neste domínio lhe reservar um lugar especial. Refiro-me, concretamente, à *História do Pensamento Português* (dir. de Pedro Calafate) que, em capítulo intitulado «Filosofia e teologia na diáspora do século XVI» destaca três nomes: Samuel Usque, Bernardim Ribeiro e Emanuel Aboah» (pp. 253-262). A propósito de *Menina e Moça* diz-se muito concretamente

O livro de Bernardim é notoriamente uma glosa novelizada à gnose. O Unigénito projectou dois éons, um masculino, o *Logos*, outro feminino, a *Zôê*, ou Vida. Estes dois éons emanaram outros dois, masculino um, o Homem, feminino outro, a *Ekklesia*, a Igreja. Estamos no centro da gnose valentiniana, criticada acerbamente por Irineu, gnose esta que viria a repercutir-se na teoria da homogeneidade do absoluto de um pensador mais tardio, o portuense Bruno e, melhor ainda, na anterior teoria reintegracionista de Martins Pascoal²¹.

1.5. a identidade periodológica

Uma outra linha de identidade difícil de fixar (para Bernardim como também para Camões) passa pelo problema da inserção periodológica. Como é sabido, os manuais de história literária nem sempre se ordenaram em função de correntes, períodos ou escolas, prevalecendo antes um critério meramente cronológico. É J. M. Costa e Silva quem, pela primeira vez, deita mão do modelo das *escolas*²². Só a partir de inícios do século XX (mais concretamente com a *História da Literatura* de Joaquim Mendes dos Remédios²³) se desenha uma ordenação estético-periodológica. E só então começam a fazer pleno sentido perguntas deste tipo: que *rótulo* convém mais a Bernardim? Devemos ainda situá-lo na Idade Média ou devemos antes entendê-lo como um *renascentista peculiar*? Uma das primeiras divergências a este respeito verifica-se curiosamente entre Oliveira Martins, que o situa nos finais da Idade Média, e Teófilo que o chama para o Renascimento²⁴. Desde então, e olhando para a integração que prevalece na maioria das histórias da literatura, parece que triunfou a tese de Teófilo. São tradicionais os metros e as formas estróficas a

20. O autor do citado capítulo é precisamente J. Pinharanda GOMES, ele próprio um conhecido entusiasta da chamada Filosofia portuguesa.

21. Cf. *História do pensamento português*, Lisboa, Presença, 2000, vol. II, 259-260.

22. José Maria Costa e SILVA fala concretamente de 5 escolas, definidas essencialmente em função de reinados: 1- escola galega ou dos trovadores, desde a fundação da Monarquia a Bernardim Ribeiro; 2- escola italiana, de D. João III a D. Henrique; 3- escola espanhola, de Filipe I a D. João V; 4- escola latina ou arcádica, de D. José I a D. João VI; 5- escola francesa, desde D. João VI (Cf. *Ensaio biographico-critico dos melhores poetas portugueses*, tomos I-X, Lisboa, Imprensa Silvana, 1850, 8). Por sua vez, no âmbito do Renascimento, Teófilo distingue a escola hispano-italica (identificada com Bernardim e os bucolistas) e a italiana, cindida num ramo mirandino e noutra camoniano (Cf. Teófilo BRAGA, *Curso de Literatura Portuguesa-Anthologia Portuguesa. Trechos selectos coordenados segundo aa classificação dos generos literários e precedidos de uma introdução sobre os trovadores e cancioneiros portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, XIII-XXVII).

23. O citado manual, que incorporava uma desenvolvida antologia, conhece seis edições entre 1898 e 1931.

24. Cf. J. P. Oliveira MARTINS, *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa, Guimaraes Editores, 1986, 4ª ed., capítulo primeiro.

que recorre nas élogos; convencional é ainda a escassa colaboração que, sob o seu nome, figura no *Cancioneiro Geral*; mas a atitude de anatomia sentimental ou o próprio verismo psicológico que ressuma da sua criação distanciam-no já dos parâmetros tidos por medievais, para se aproximarem do *ethos* de autodescoberta que se costuma relacionar com as correntes italianistas do *Dolce Stil Novo* e do Petrarquismo²⁵. E é a este propósito que se revela de capital importância a sua relação com o poeta do Neiva: são variados e aparentemente claros os sinais que autenticam a ligação entre os dois poetas, embora seja vaga a possibilidade de terem os dois frequentado a Universidade ao mesmo tempo e de terem viajado conjuntamente por Itália. Ainda assim, a ideia de que Bernardim estanciou por terras de Itália acaba por se revestir de grande importância: de facto, e para além de tudo, essa circunstância aparentemente anedótica significa um caminho nobilitante sob o ponto de vista estético, distanciando o poeta de todos os *resquícios* medievais e facilitando, na prática, a sua absorção pelo Renascimento²⁶.

Nessa medida se compreende que o lugar reservado a Bernardim nas histórias da literatura mais comuns venha sendo compaginado com o que nelas ocupam autores como Gil Vicente ou os poetas do *Cancioneiro Geral*: «conhecedores» do Renascimento mas ainda sem poderem ser considerados um seu produto declarado e conclusivo²⁷. Nesta lógica de raciocínio e de arrumação periodológica, Bernardim (como Gil Vicente) é muitas vezes apodado de *autor de transição*. A reserva que se coloca à sua pertença plena ao Renascimento deriva sobretudo do primado das formas de medida velha. É certo que outros insistem nesse culto, muito para além da renovação mirandina. Mas a Bernardim não se consente essa nota de conservadorismo, o que não deixa de ser curioso; tanto mais quanto é certo que não deixa de se valorizar a sua cumplicidade com Miranda, ele próprio conservador e inovador²⁸.

O tradicionalismo formal é sistematicamente postergado por uma nota de relevo muito superior. Refiro-me justamente àquilo que em Bernardim pode ser considerado de precursor não só em relação a Camões como em relação à generalidade dos poetas maneiristas. O desconcerto interior, a primazia de um Destino escuro, a própria ideia de vida como condenação inescapável não poderiam deixar de ser valorizados por todos quantos, a partir dos anos 60 do século passado, propõem a delimitação de um novo período estético-literário no século de Quinhentos. Falo, sobretudo, de Jorge de Sena e de Aguiar e Silva, mas poderia também falar de António José Saraiva que, aceitando as propostas dos dois críticos já citados, viria a aproximar Bernardim deste novo círculo da poesia desesperada. Tratava-se assim, na prática, não tanto de considerar expressamente Bernardim como

25. Para além de outros contributos, merece destaque, a este propósito, a lúcida integração da obra bernardiniana no Petrarquismo levada a cabo por Rita MARNOTO, *O Petrarquismo na Literatura Portuguesa do Renascimento e do Maneirismo*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1997. Vão no mesmo sentido os esforços desenvolvidos por J. Vitorino Pina MARTINS no estudo que antecede a já citada edição da *História de Menina e Moça*.

26. António José SARAIVA, ele próprio um dos pioneiros dos estudos bernardinianos, faz-se, a certa altura, intérprete de uma síntese especialmente ilustrativa a este respeito: «Apesar do seu tradicionalismo métrico, Bernardim evidencia uma formação mais renascentista que a que se revela no *Cancioneiro Geral*. São disso prova quer a concepção de vida das suas novelas, quer o cultivo da égloga e da sextina, quer certos vestígios mais ou menos claros de Virgílio, Ovídio, Petrarca, Sanzazaro e Boccaccio ou da novela sentimental castelhana», Cf. *História da Literatura Portuguesa*, 227.

27. Nas histórias da literatura espanhola, encontramos um critério oscilante. Jesús MENÉNDEZ PELÁEZ, coordenador da conceituada *Historia de la Literatura Española* (Madrid, Everest, 1993) integra a novelística sentimental na «Edad Media» (cap. VII, 408-417). Já JIMÉNEZ PEDRAZA e RODRÍGUEZ CÁCERES, autores do manual *Épocas de la Literatura española* (Ariel, 1997, 63 e ss.) integram os mesmos autores no «Prerranacimiento».

28. Na senda de Faria e Sousa, Teófilo insiste na atribuição a Bernardim de um conjunto de composições em medida nova. (Teófilo BRAGA, *Bernardim Ribeiro. O bucolismo*, 137 e ss.) Mas D. Carolina, a quem não desagradava a ideia de um Bernardim mais tradicional, deita por terra a hipótese, no já citado estudo prefacial – 206 e ss.).

poeta maneirista, mas de legitimar um novo período, através da sempre necessária detecção das suas bases. E não há dúvida de que este autor se encontrava também particularmente talhado para desempenhar o papel. De alguma forma se poderia assim falar, não apenas de um Maneirismo sincrónico, mas também de um Maneirismo anacrónico, reportado justamente a Bernardim e a alguma poesia elegíaca e melancólica dos cancioneiros peninsulares de Quatrocentos e de Quinhentos.

Em estudo recente, a que já aludi, Pina Martins reivindica, sem hesitação, para o autor da *História de Menina e Moça* o estatuto de «representante do espírito renascentista», a par de Sá de Miranda. Não se trata de uma ideia nova. É essa, no fundo, a linha de pensamento de Teófilo, que tanto valorizou a circunstância da viagem a Itália e da camaradagem com Sá de Miranda, na Arcádia minhota. Pina Martins, porém, faz sobressair mais a dívida de Bernardim para com a cultura clássica e as letras italianas. O pressuposto de tal posição parece ser o de que um período se define essencialmente pelos fundamentos estéticos a que se reporta mais do que pelo aglomerado temático que nele se exprime. No raciocínio profundo de Pina Martins adivinha-se ainda a intenção de colocar a figura e a obra de Sá de Miranda no centro da constelação cultural de Quinhentos. De acordo com este outro posicionamento periodológico (que, muito sintomaticamente, exclui o Maneirismo e a consequente autonomia de todos os poetas que lhe correspondem), Bernardim deixa de ser apenas uma antevisão de Camões para se transformar essencialmente num adjuvante do poeta do Neiva, em termos estéticos e na sua contra-face, em termos de idiolecto afectivo. No seu conjunto, Bernardim e Miranda surgiriam assim como marco inaugural de onde flui toda a criação quinhentista, numa lógica de magistério e de discipulato mais ou menos assumido. Camões seria o discípulo de maior destaque, mas a sua arte não deixaria de ser uma encarnação daquela base compósita.

Deste modo se conclui que a admissão ou a negação da existência de um determinado período literário, ao qual Bernardim é alheio, acaba por ter peso decisivo na sua identificação histórico-literária. Para os que concebem o centro ordenador da nossa literatura quinhentista a partir da figura de Camões e do halo maneirista que o envolve, Bernardim não pode deixar de ser visto como um dos principais antecipadores desse núcleo central; pelo contrário, para aqueles que não aceitam essa ordenação e preferem falar tão-só de Renascimento e Humanismo, Bernardim e Sá de Miranda têm que figurar como Mestres fundadores de toda uma dinâmica estético-literária que se prolonga, sem quebras de fundamento, até finais do século.

2. Bernardim Ribeiro na Escola

2.1. *a presença no cânone escolar*

A presença de Bernardim no cânone escolar português é fortíssima. Encontramo-la desde sempre numa lógica de reprodução da história literária portuguesa tal como o Romantismo e a Filologia a iam fixando. Só muito recentemente, quando o peso geral dos conteúdos literários começa a reduzir-se nos programas de Português essa presença começa a esbater-se. Bernardim surge assim nos programas de 1895, 1931, 1936, 1948 e 1954 como conteúdo nos anos terminais da instrução secundária e ainda como conteúdo para a V classe dos programas de 1905 a 1919, bem como para as IV e V classes, nos programas de 1926. Surge ainda para o 1º ano complementar, nos programas de 1976/1977, para o 10º ano, em 1979/1980, para o 11º ano, Área A, no programa de 1991 e para o 12º ano, Área B, no mesmo ano. Nas orientações de gestão de programas de 1996/1997, aparece no 10º ano, Área A em 1997/1998 para o Português, Área A. Finalmente,

e no que respeita aos programas previstos para 2004/2005, Bernardim Ribeiro não é contemplado nos programas de Português, marcando apenas presença no programa de Literatura Portuguesa, reservado aos alunos do Curso de Línguas e Literaturas, com excertos da *História de Menina e Moça* a estudar no âmbito do módulo 2 (Classicismo)²⁹.

Lendo os programas e os manuais verifica-se, sem surpresa, um evidente decalque das principais orientações da crítica universitária, reduzidas, como é compreensível, a três ou quatro estereótipos. De resto, como é sabido, os professores do Ensino Secundário eram então, também eles, se não investigadores, pelo menos conhecedores devotados das matérias literárias que professavam. Percorrendo os diferentes programas, verifica-se que são raras as orientações concretas de análise, recomendando-se apenas a leitura de excertos e pressupondo-se que o trabalho lectivo constituiria uma resultante da informação do professor. De vez em quando, porém, surge a necessidade de aduzir indicações mais concretas. É o que sucede no programa do 6º ano de 1954, que no item designado «Aspectos do Renascimento português» alude expressamente a dois aspectos essenciais, sendo um de carácter estético e outro de teor linguístico:

1 – A visão subjectiva do mundo e a análise da vida interior nas éclogas e na *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro. O bucolismo; a écloga *Crisfal*.

2 – A linguagem de Gil Vicente e de Bernardim Ribeiro – o seu significado na evolução da Língua Portuguesa³⁰.

Mais à frente, porém, encontramos indicações que envolvem uma fé quase ilimitada nas virtualidades pedagógicas da literatura, em geral, e do sortilégio bernardiniano em particular:

As tonalidades maviosas do estilo de Bernardim acomodam-se naturalmente à experiência interior dos estudantes do 6º ano, e até podem contribuir para lhes educar a vida espiritual, corrigindo o sentido materialista e serenando a atmosfera ruidosa das actividades modernas.

O professor saberá acompanhar os alunos em exploração pelas regiões profundas da alma do poeta, interpretando a absorção da natureza e da vida na sua paisagem interior e reconhecendo a projecção sensível do seu ritmo pessoal no pequeno mundo das suas reacções externas³¹.

É necessário esperar por tempos mais recentes (1996) para encontrar indicações mais definidas, na suposição de que o entendimento dos professores em relação a este como a outros tópicos do programa deixou de ser consensual. Assim, no Programa para a Área A, Bernardim aparece no módulo da *Poesia Lírica*, sob o título «Subjectivismo de expressão poética, Confessionalismo», com sugestão de 5 textos líricos. Também para a *Menina e Moça* se sugerem textos (os nove primeiros capítulos) e «conteúdos essenciais» bem individualizados: *classificação da obra* (novela sentimental); *estrutura*; *filoginismo*; *sofrimento amoroso*; a *Natureza* (reflexo do estado de alma/refúgio/confidente); *remiscências da lírica trovadoresca*; *a mudança*; *o desconcerto*; *o fatalismo*; *qualidade do discurso*.

29. Cf. Maria da Conceição COELHO, Cristina SERÓDIO e Maria Joana CAMPOS, *Programa de Literatura Portuguesa, 10º e 11º anos do Curso Geral de Línguas e Literaturas*. Tomo por base informações recolhidas por Paulo José Lampreia COSTA em estudo intitulado *A construção do cânone literário escolar*; síntese destinada a provas de aptidão pedagógica e científica no Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, em 1997 (policopiado). Agradeço também as informações diligentes e actualizadas que me foram fornecidas por Pedro Balau Custódio.

30. *Programas do Ensino Liceal, Aprovados pelo Decreto n.º 39807, publicado no Diário do Governo, 1ª série, de 7 de Setembro de 1954*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1965.

31. Cf. *Programas*, 32-33.

Independentemente da mescla de planos que subjaz a esta formulação (convidando a que, a partir dela, se explicitassem os sumários de aula), as referidas orientações confirmam que, no essencial, o entendimento de Bernardim e dos seus textos não variou, pelo menos em relação a 1920. Do que se trata agora é de alinhar os pontos essenciais que antes eram fornecidos pelo convívio mais assíduo dos professores com a investigação universitária. E nunca esquecendo as afinidades com Camões, designadamente através da Lírica (sugeridas através de tópicos como o sofrimento amoroso, a Natureza ou os próprios reflexos da lírica trovadoresca). A diferença essencial reside agora apenas na secundarização dos problemas filológicos, nomeadamente no que diz respeito à autoria e à fidedignidade do texto.

Por me parecer bem sintomático desta confluência, cito apenas um caso que se reporta ao início do século XX. Refiro-me a um dos poucos testemunhos de práticas lectivas publicadas em livro, por Alfredo Coelho de Magalhães, professor do Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto³². Tratando-se de introduzir o estudo da Écloga *Crisfal*, o Professor entendeu por bem dar conta, pelo miúdo, da polémica em torno da autoria, fazendo-se eco das principais posições defendidas até ao momento. E de tal forma colocou ênfase no assunto que o mesmo acaba por ter eco num dos exercícios escolares que se incluem no citado livro³³.

O sentido essencial da reforma dos programas de Português agora em curso revela-se, de facto, bem patente no que respeita a Bernardim. O facto de o escritor não figurar, pela primeira vez, nos programas pode querer dizer que deixou de ser considerado património incontornável da chamada *cultura nacional*. O mesmo sucedeu a muitos outros autores clássicos e modernos. Mas a verdade é que poucos daqueles que agora ficam de fora desempenharam, alguma vez, isoladamente o papel etnicamente projectivo que coube a Bernardim (esta função foi sempre muito mais típica de Bernardim do que de Gil Vicente, por exemplo, outro dos recém-sacrificados do cânone escolar). Por outro lado, o seu acantonamento na cadeira de Literatura Portuguesa significa bem o desprezo por uma determinada noção de saber literário. Mais concretamente, significa ainda a ideia de que a literatura que não é do nosso tempo, embora sendo objecto de alguma veneração por parte dos vocacionados, não tem que ser chamada a participar na construção da cidadania de hoje, muito mais carente de competências práticas do que de saberes patrimoniais. Por fim, o significado da supressão de Bernardim Ribeiro dos programas de Português revela ainda um sentido mais amplo: trata-se, no fundo, de dar por esgotado o projecto nacionalista e romântico de construção cultural centrado nas *humanores litterae*.

32. Refiro-me ao livrinho intitulado *Tentativas pedagógicas*, Porto, Edição do Autor, 1920, onde se coligem testemunhos bem ilustrativos de uma atitude pedagógica perante os textos literários, que incorporando o labor da erudição universitária, deixava ainda alguma margem para o encontro com os textos (apesar de, como é natural, este surgir sob mediação evidente de estereótipos de apreciação). Alfredo Rodrigues Coelho de Magalhães (1888-1950) foi licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e ocupou vários cargos públicos na cidade do Porto (vereador da Câmara Municipal e Governador Civil do Distrito, entre outros). O seu ideário pedagógico centrou-se na «cultura estética», que considerava a melhor forma de reagir contra a «tendência utilitária e materialista da sociedade ocidental». Para mais informações sobre esta representativa figura de pedagogo e homem político, veja-se o verbete (assinado por Cláudia CASTELO) que figura no recente *Dicionário de Educadores Portugueses* (dir. de António Nóvoa), Lisboa, Edições Asa, 2003, 505-506.

33. Atente-se, como exemplo, no seguinte trabalho escolar sobre a Écloga *Crisfal*, da autoria da senhora D. Helena Pinto Martins, aluna da 7ª classe de Letras, no ano lectivo de 1917/1918: «Existe uma grande semelhança entre os versos do suave e sentimental Bernardim Ribeiro e o do mavioso cantor de Maria. Vivendo na mesma época, dotados dum temperamento amoroso muito semelhante, ambos extremamente desgraçados, não é de estranhar que tenham pensamentos comuns e os exprimam, por vezes, de uma maneira quâsi igual. Mas só por êstes factos não se pode concluir, como o sr. Delfim Guimarães pretende, que o autor da *Menina e Moça* e da *Crisfal* sejam a mesma pessoa». A movimentação e vida da Écloga *Crisfal* contrastam com a monotonia e falta de acção que encontramos nas éclogas de Bernardim. (Cf. op. cit. p. 48).

2.2. *Uma pausa para pensar*

Parece assim linear o percurso de construção da imagem de Bernardim Ribeiro no âmbito da história literária do século XIX: uma imagem assimilativa, como não poderia deixar de ser, aproveitando bem as muitas zonas de indeterminação que subsistem no plano biográfico e estético. Parece ainda bem definido o uso que a Escola nacionalista (abrangendo esta o constitucionalismo monárquico, a República e o Estado Novo) fez dessa mesma imagem, sublinhando as especificidades que melhor correspondiam a uma determinada visão da chamada sensibilidade portuguesa. E também parece claro que o caso de Bernardim serve, talvez como nenhum outro, para ilustrar uma visão projectiva da Literatura, em geral. Parece evidente, por fim, que a proscrição de Bernardim dos programas de Português do Ensino Secundário implica uma revisão de todos estes pressupostos.

Mais do que protestar contra a situação actual (que assenta não apenas numa determinada vontade política, mas também numa tentativa de responder a realidades sociológicas emergentes) importa agora aos investigadores equacionar algumas possibilidades de revisão. De facto, e uma vez que, por boas e más razões, o consumo escolar deixou de funcionar como condicionante imediato, o investigador da Literatura Portuguesa do século XVI detém uma outra margem de manobra, que lhe permite encarar o objecto do seu estudo sem a preocupação de saber que dele podem derivar consequências imediatas, em termos de fixação de um qualquer logotipo.

Há que reconhecer, antes de mais, que os mistérios que envolvem a figura e a obra de Bernardim Ribeiro são reais e permitirão sempre que continuem a verificar-se outras operações de reidentificação. A desfulanização da história literária permite, por exemplo, que praticamente tenha deixado de figurar como prefácio de Camões e como extensão afectiva de Miranda, o poeta da razão estóica.

Deste modo surge hoje mais só do que nunca na história da literatura portuguesa do século XVI. Em si mesmo, ainda se não pode fazer corresponder ao Classicismo, entre nós particularmente tardio. A não ser que, na senda de Mendes dos Remédios, se volte a adoptar a repartição do Classicismo por momentos ou escolas – Bernardim como Sá de Miranda (e creio que já não Gil Vicente) corresponderiam, neste caso, a esse balbuceio clássico.

Resta encarar duas opções: ou o acentuar da sua singularidade (há os que sempre hão-de preferir génios irrepetíveis) ou a sua integração em séries trans-idiomáticas mais vastas. Neste último caso, mais do que o emblema de uma portugalidade romanticamente concebida, Bernardim passaria a ser um poeta bucólico e um novelista do tempo dos *grands rhétoriciens*, visto no mesmo plano de nomes como Pierre Gringoire, Gil Vicente, Sá de Miranda, Diego de San Pedro, Juan Rodríguez de Padron ou Giovanni Boccaccio.

Relativamente a Bernardim como a Gil Vicente, a Sá de Miranda ou a Camões, a rearrumação do nosso cânone literário do século XVI coloca afinal um problema candente em quase todos os domínios da vida portuguesa: falo do problema da integração europeia e da maneira de conciliar essa afirmação com a necessidade de afirmar não já uma singularidade exacerbada mas uma especificidade culturalmente normal e civicamente controlada.

Do que fica dito pode concluir-se que a sorte de Bernardim Ribeiro nos programas, nos manuais e nas práticas lectivas do Ensino Secundário constitui um reflexo quase directo dos lugares-comuns que dele foram sendo fixados pela investigação histórico-literária. Era assim há 100 anos e assim continuava a ser até há bem pouco tempo, variando apenas a densidade de informação erudita. Esta, naturalmente, foi objecto de uma óbvia diminuição, à medida que a própria história literária ia perdendo crédito e fulgor, enquanto campo de investigação e ensino.

Embora sendo de carácter geral, o movimento de retracção dos conteúdos literários na Escola reveste-se assim, no caso de Bernardim, de um efeito muito particular. É que, reduzido a Camões, o nosso século de ouro fica, pela primeira vez, limitado ao centro do cânone, sem envolventes nem apoios causais. Ora, essa era, justamente, uma das funções normalmente cometidas a Bernardim, cuja inclusão nos programas se justificava ainda pela possibilidade de nele se descortinar uma representação profunda da sensibilidade lusitana. O resto era literatura, ou seja, era o confronto com os textos, em termos de análise estrutural, temático-simbólica, estilística, etc.

Chegados a este momento, importa colocar a questão com frontalidade: o que se perdeu efectivamente com a saída de Bernardim dos programas de Português? Pode justificar-se uma reentrada? E, nesse caso, que papel legitimador pode ainda caber à investigação universitária?

É por demais evidente que a imagem do autor da *História de Menina e Moça* carece hoje de algum reajustamento. Justifica-o a evolução dos estudos bernardinianos, hoje mais atentos a aspectos contextuais que ultrapassam o problema da biografia e a aspectos textuais que estão para além da detecção de temas e de recursos estilísticos³⁴. Aconselha-o também a realidade escolar, nela envolvendo as expectativas, os interesses e as necessidades dos alunos. Em suma, parece hoje absolutamente necessário justificar aquilo que antes não carecia de justificação: a presença de Bernardim num programa destinado a jovens portugueses do século XXI. Essa presença deve ser desde logo ponderada no quadro mais amplo da necessidade dos clássicos (definíveis justamente pela densidade interpelante da sua mensagem); deve sê-lo depois em função do aproveitamento de potencialidades específicas.

Objectivos

É tomando por base estes dois planos que, em minha opinião, devem ser equacionados os objectivos essenciais a alcançar pelos alunos. Através da leitura de *Menina e Moça* (apoiada no conhecimento de, pelo menos, uma écloga):

1 – esclarecimento do código da *novela sentimental*, enquanto horizonte genológico inscrito na cultura peninsular de finais de Quatrocentos a meados de Quinhentos, com discriminação das características essenciais do género, em termos de estrutura e de tematização. Ainda neste âmbito, parece útil que se aluda também ao contexto sociológico de produção e recepção deste tipo de escrita, nomeadamente à emergência de um novo público e de uma nova sensibilidade, em tantos aspectos contrários à escrita cavaleiresca e ao seu público³⁵;

2 – detecção e análise dos principais núcleos temáticos, conferindo especial atenção aos nexos que entre eles se estabelecem. A este respeito, merecem menção especial a Natureza, o Amor, o Destino e a própria Escrita, tomada como refrigério e base memorial;

34. De entre os estudiosos que mais se têm destacado na reconfiguração estética e histórico-literária de Bernardim Ribeiro, merece destaque o Professor Jorge Alves OSÓRIO, autor de vários ensaios sobre a problemática bernardiniana, reunidos no seu *Da Cítola ao Prelo. Estudos sobre literatura. Séculos XII-XVI*, Porto, Granito Editores e Livreiros, 1998.

35. Para uma introdução a esta problemática veja-se o estudo de Pedro M. CÁTEDRA, «Bibliotecas y libros de mujeres en el siglo XVI», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 0 (2003), 13-27.

3 – individualização de uma tensão dialéctica que percorre intensamente a história: a diferenciação entre os paradigmas feminino e masculino, com frequentes desajustamentos de ritmos e valores e sempre com superioridade clara do primeiro;

4 – consideração do *mistério*, enquanto elemento fundante das novelas sentimentais (sempre repassadas de anagramas e de alusões implícitas a acontecimentos indizíveis). No caso da história escrita por Bernardim, pode partir-se do texto para muitas conjecturas. Mas não é necessário sair do texto para verificar a força do mistério. Está cheio de indeterminações misteriosas o livro: quem são os dois amigos cuja história se promete contar? Quem são afinal as duas mulheres que se encontram no ermo? Que relação existe entre ambas? Que nexos unem essas mesmas histórias com aquelas que são depois colocadas na boca da mais idosa? Porque termina o livro de forma aparentemente imprevista?

É claro que o *mistério* se assume como estratégia de técnica literária. Tomá-lo como tal, significa assim reconhecer um dado imanente da maior importância; mas esse reconhecimento pode também constituir um filão pedagógico interessante, sobretudo se o conseguirmos transformar em desafio lançado aos jovens leitores.

Por último, pode inclusivamente servir de contrapeso em relação às muitas dificuldades que o texto apresenta, em termos de língua e de definição diegética. De qualquer forma, explorando este filão, estamos a adentrar os alunos na ideia de que a literatura (a grande literatura, entenda-se) comporta sempre uma dimensão desafiante. A grande literatura e a grande arte, em geral.

Estratégias

Para alcançar estes objectivos hermenêuticos ou cognitivos proponho apenas dois tipos de estratégias, absolutamente elementares: Ler e Escrever.

1 – Ler expressivamente

A necessidade de ler expressivamente um texto literário impõe-se em qualquer circunstância; mas torna-se imperativa no que toca a textos do século XVI. No caso concreto da escrita de Bernardim não descortino melhor maneira para alcançar um primeiro patamar de compreensão. Isto significa, desde logo, induzir nos alunos uma prática de que andam muito arredados, uma vez que, mesmo os que lêem habitualmente, o fazem, em regra, a partir de textos ritmicamente neutros. Detenhamo-nos apenas nas páginas que correspondem ao «Preâmbulo» e verifique-se a diferença que existe entre uma leitura *corrida* e uma outra que procure reconstituir o acto de linguagem original, respeitando as pausas, os silêncios e a eufonia do próprio significante. Certifiquemo-nos depois dos aspectos semânticos suplementares que conseguimos alcançar, lendo o texto desta forma.

2 – Escrever impressivamente

Também o acto de escrita detém propriedades insubstituíveis para a consecução dos nossos objectivos. Enquanto o aluno não começar a produzir texto próprio sobre o que leu, não podem ter-se garantias de que compreendeu o que quer que seja. Impõe-se, portanto, levar o jovem a escrever em registos de profundidade gradualizada, começando pelo resumo, para alcançar depois a interpretação e o encontro pessoal com os valores da obra.

Este tipo de práticas permite sobretudo que se exceda a confrangedora elementaridade da resposta curta e incisiva a perguntas também elas objectivas e esquemáticas, resultando, muitas vezes, de leituras pobres, que não excedem a reconstituição do enredo.

Se quiséssemos comparar o exercício escrito de há oito décadas, que atrás se transcreveu, com as respostas aos questionários que hoje estão em uso teríamos de concluir que se verificou uma acentuada depreciação do valor formativo da escrita. E não me refiro tanto à quantidade de informação mobilizada. O que se tem vindo a verificar foi, sobretudo, uma evidente abdicação relativamente às possibilidades heurísticas do discurso, desenvolvido a partir de textos literários. Respondendo com objectividade às perguntas apresentadas, o aluno limita-se a reproduzir um determinado saber previamente compendiado. Escrevendo a partir de tópicos, assumidos como desafios à sensibilidade e à inteligência ou formulando ele próprio perguntas ao texto lido, é levado a construir, a exprimir reflexões e sentimentos. E ninguém pode discutir as vantagens desta prática.

Conclusão

Depois de uma fase *sacral*, em que a cultura literária era objecto de uma leccionação positivista e historicizante, os clássicos passaram depois por um processo reactivo, de carácter depauperante, que se traduziu justamente no menosprezo da sua historicidade e na adopção de esquemas de análise textual, de escasso valor formativo, sobretudo quando eram levados à prática no quadro do ensino pré-universitário.

Foi talvez por terem agora (precipitadamente) concluído que o aproveitamento pedagógico dos textos se esgotava nesses dois modelos que os autores dos novos programas se decidiram pela expulsão de uma carga considerável de textos literários, que substituíram por outros de teor abertamente funcional.

Será bom não esquecer, porém, que existe, pelo menos, uma outra via de exploração pedagógica dos textos literários. Terá obrigatoriamente de resultar das duas vias anteriores, incorporando conjugadamente o que nelas existiu de mais aproveitável e adaptando esse legado às necessidades de saberes e competências de hoje e de amanhã. Ninguém duvida já de que seria um erro bem escusado manter a decisão de privar os jovens portugueses do contacto com Bernardim Ribeiro. Mas também é necessário reconhecer que não seria bom proceder a um simples reatamento, nada fazendo, nomeadamente no que diz respeito à clarificação dos objectivos que devem desprender-se da cultura literária e das práticas lectivas que nela assentam.

No que diz respeito a Bernardim, esse esforço envolve ainda uma nova sintonia entre os programas e aquilo que a investigação vem produzindo, em ordem ao necessário reajustamento de imagem. Implica ainda, por fim, a adopção de uma nova atitude em relação aos textos, que deve ser mais interpelativa e menos pré-fabricada.

São muitos os desafios, pois. Mas acredito que todos (Bernardim Ribeiro, os investigadores, os professores e os alunos) se encontram em muito boas condições para os enfrentar com absoluto êxito.